

À
OI MÓVEL S.A,
A/C: Sr. Neiwiton Ayres Silvestri
Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco A,
Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2
Brasília - Distrito Federal
neiwiton@oi.net.br

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NC 0425-18 - Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal - SMP, para ITAIPU, com fornecimento de aparelhos em regime de comodato.

Assunto: Resposta à Impugnação - Resposta - Parcialmente procedente - Emissão de Aditamento 1 - devolução dos prazos.

Prezado Senhor:

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios, para certames licitatórios que promove disciplinado na Norma Geral de Licitação da ITAIPU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 2.3. do Caderno de Bases e Condições do Pregão em apreço.

As licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta do subitem 2.3 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei nº 8.666/93 ou a Lei 12.232/2010.

De todo modo, a Norma Geral de Licitação da ITAIPU, em consonância com os princípios previstos nos sistemas jurídicos brasileiro e paraguaio, estabelece a observância das diretrizes basilares, as quais nortearão todo o procedimento licitatório, nos seguintes termos:

“Art. 2º - Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da igualdade ou isonomia, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da

economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Parágrafo único - *Todas as obras, serviços, compras, locações e alienações, contratadas pelas ITAIPU, salvo nos casos excepcionais previstos nesta Norma, serão precedidas de Licitação, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para a Entidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, respeitados os princípios básicos enunciados no caput deste artigo."*

Isto posto, e após análise da impugnação apresentada por V.S^a, constatamos que as alegações e questionamentos, respeitosamente, merecem parcial guarida, já que as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório não ofendem aos princípios insculpidos no art. 2º da Norma Geral de Licitação da ITAIPU e objetivam estabelecer medida justa e suficiente para atender às necessidades da ITAIPU. As exigências regradas no edital objetivam estabelecer medida justa e suficiente para atender às necessidades da ITAIPU e, ainda, com vistas a preservar a competitividade imposta a todo certame licitatório. Assim, importa consignar as seguintes respostas a cada uma das alegações e questionamentos objeto da impugnação:

- 1 - No que se refere à alegação de impossibilidade de consulta ao SICAF para verificação das condições de habilitação.

R. Pedido improcedente. A ITAIPU mantém cadastro próprio das pessoas físicas e jurídicas de acordo com a natureza da relação jurídica mantida com a ITAIPU, conforme disposto no art. 22 da Norma Geral de Licitações da ITAIPU e regulamentado pela Instrução de Procedimentos nº 02. O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, como essa empresa salienta em sua impugnação, está vinculado tão-somente aos órgãos da Administração Pública Federal Direta, autarquias e fundações, que não é o caso da ITAIPU, conforme anteriormente explicitado.

- 2 - No que se refere à alegação de impedimento à participação de empresas suspensas de licitar com a Administração Pública em Geral.

R. Pedido improcedente. As pessoas físicas ou jurídicas que não poderão participar de licitações e nem contratar com a ITAIPU são aquelas arroladas no art. 6º da Norma Geral de Licitações da ITAIPU e transcritas no item 2.13 das condições editalícias, que regem o certame licitatório em questão.

- 3 - No que se refere à exigência de apresentação do Termo de Autorização emitido pela ANATEL.

pn

R. Pedido procedente. A comprovação poderá ser realizada por meio de consulta no Diário Oficial da União ou da página oficial da ANATEL na rede mundial de computadores. Favor reportar-se ao Aditamento 1, a ser publicado em 18.04.18.

4 - No que se refere à alegação de inexistência da Isenção Tributária.

R. Parcialmente procedente. Redação alterada conforme Aditamento 1, a ser publicado na data de 18.04.2018.

5 - No que se refere à alegação de necessidade de inclusão de previsão de penalidade por atraso de pagamento.

R. Pedido improcedente. Não há previsão nos normativos binacionais que regem ITAIPU para a inclusão da penalidade indicada.

6 - No que se refere à alegação de reajuste dos preços e das tarifas.

R. Resposta prejudicada, vez que o objeto desta licitação é a contratação de serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, com o fornecimento de aparelhos em regime de comodato e não serviços de hospedagem de host e acesso a internet como declara a impugnante (fls. 15), portanto, o conflito de objeto não permite concluir que o pedido refira-se a presente licitação.

Ainda assim, esclarece-se que nas licitações pretéritas de telecomunicações realizadas pela ITAIPU foram utilizadas IST = Índice de Serviços de Telecomunicações, sem que houvesse questionamentos pelas licitantes e contratadas, motivo pelo qual, indefere-se o pedido de substituição de índice reclamado pela impugnante.

7 - No que se refere à alegação de edital silente quanto a participação de licitantes em regime de consórcio.

R. Pedido improcedente. Considerando a relativa baixa complexidade do objeto a ser licitado, não há justificativa técnica plausível ou circunstâncias concretas que justifiquem a contratação dos serviços por meio de consórcio. Ainda, cumpre ressaltar que há previsão editalícia acerca da possibilidade de ser efetivada subcontratação de parcela acessória dos serviços (cf. Cláusula 34, § 1º - Minuta de Contrato).

Assim, diante das razões acima expostas, a ITAIPU propugna-se por reconhecer parcialmente procedente a impugnação apresentada por V.S^a, conforme acima exposto, mantendo-se, por consequência, as demais condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico Nacional NC 0425-18.

man

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,



Rosimeri Fauth R. Martins
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____